

Então, eu quero registrar que mesmo, independente de qualquer indenização que seja ajustada com 3, com 20 famílias não importa, a gente quer essas respostas, eu acho que isso é um direito que essas famílias têm. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Knoploch) - Dra. Obrigada. Vale já de informação, a CPI oficiou o Ministério Público para que ele não remeta a denúncia ao Judiciário tendo em vista que a gente acredita que precisa encaminhar o nosso relatório para o Ministério Público para complementar e ser muito mais robusto ao Judiciário.

Então, a gente vai fazer um relatório apartado para só do Ninho do Urubu que será enviado para o Ministério Público para que ele faça, de forma mais robusta, o encaminhamento para a Justiça.

Então, já deixo aqui como informação. Estamos formando outros entendimentos diferentes da Polícia Judiciária, acho que tem atos, tem algumas situações um pouco estranhas e a vantagem da CPI é que a gente consegue alcançar objetivos e elementos de forma talvez até mais evidentes do que estava colocado pela Polícia Judiciária.

O Flamengo quer colocar mais alguma solução que ache importante? (Pausa) Por favor.

O SR. RODRIGO DUNSHEE - - Eu só queria agradecer a essa Casa, aos senhores Deputados, Sr. Presidente, Dr. Rodrigo, por ter permitido essa conversa. Eu chamo de conversa porque fui no final..., que tenha permitido a gente quebrar um pouco esse gelo. É importante que a gente possa sentar. Quero agradecer às advogadas e ao advogado também porque, da minha parte, nunca julguei vocês entrave à nada, pelo contrário, sou advogado, não posso desmerecer a minha profissão. Talvez tenha sido um mal-entendido de uma pessoa que é leiga, mas não veio da minha parte, entendeu? Eu acho que o advogado é um facilitador, é um instrumento das famílias e acho que a gente precisa estar junto para chegar a um denominador comum. Independente de qualquer coisa, eu acho que o trabalho da comissão é esse, é tentar chegar à verdade real, o importante são duas questões, a parte da conversa, que foi ótima, acho que ela vai poder evoluir, essa comissão vai ajudar, tenho certeza absoluta e a outra questão, o trabalho que está sendo muito bem feito e que vai avançar no sentido de encontrar, colaborar com a verdade real.

Obrigado a todos.

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Knoploch) - Só para corrigir uma injustiça, eu vou deixar o Engenheiro Luiz Felipe Pondé fazer também as considerações, acho que também foi indiciado, né? A gente deu chance também para o Marcelo poder falar.

Falar também para o engenheiro Marcelo se sentir confortável, peça à sua defesa que faça uma defesa e mande para essa Casa e, se quiser, também vir conversar e apresentar, vai ser bem-vindo aqui, o advogado vai sempre ter a prerrogativa de conversar a hora que quiser, de qualquer lado que seja. A gente não está aqui para fazer nenhum inquérito injusto, muito pelo contrário. Coloco não só a comissão como o meu gabinete, acredito que o Deputado Rodrigo Amorim também idem e o relator Jorge Felipe Neto para que converse e tragam e possam colocar aqui as suas considerações.

Sr. Luiz Felipe o senhor tem a palavra.

O SR. LUIZ FELIPE PONDÉ - Boa noite a todos, queria só passar os meus sentimentos para a família, que é uma dor, eu não consigo calcular, agradecer, é o momento que a gente pode explicar, tem alguns fatos que não estão bem esclarecidos.

Só para contar um pouco, eu fui contratado pelo Flamengo quando tinha 23 anos, então, é o meu primeiro emprego, o meu primeiro emprego, a minha primeira experiência de trabalho. Eu trabalhei no Flamengo até 2018, até início de 2018, então, eu já estava fora do Flamengo há um ano antes do incêndio, então, eu já estou fora do Flamengo há dois anos e sempre eu sou citado como engenheiro do Flamengo e eu já estou fora do clube há dois anos. Então, eu não tive uma participação, eu não tinha nem como... não estava no dia, enfim.

A Dra. Cláudia da NHJ falou que a gente era uma solicitação que vinha da engenharia, a demanda, o cliente, dentro do Flamengo, como o Dr. Jorge Felipe falou, o carro-chefe do Flamengo é o futebol, então, o cliente era o futebol, então o departamento de futebol passava as demandas para o diretor de meios e para a própria NHJ. Como o Dr. Rodrigo Amorim falou, uma pessoa que é departamento de futebol, eles solicitavam, é igual uma montadora, você não solicita um carro, alguma coisa, o fabricante tem que garantir o cliente..., às vezes o cliente está pedindo uma coisa que não pode ser feita, é igual você ir numa loja de imóveis modulados com armários, você vai chegar e vai dizer "olha, eu queria assim, assado a minha cozinha" e a empresa vai dizer "não é possível, por isso, por isso e isso". No depoimento de todos os engenheiros da NHJ, eles sempre falaram que eles eram, são os responsáveis pela execução de todos os projetos, então, todos os projetos deles tinham um carimbo dizendo que eles seguiam todas as normas, as leis competentes, então, eles, toda responsabilidade, eles mesmos mostraram que são deles.

O inquérito policial botou que era nossa responsabilidade, minha responsabilidade e do Marcelo, que eram as ligações elétricas que já tiveram vários depoimentos das pessoas da administração, confirmando que eram eles que faziam essas ligações, eram responsabilidade da administração, existia um gerente, um diretor de administração que era totalmente separado da diretoria de patrimônio. Então, assim, o Marcelo explicou bem, eu fui contratado, como era o meu primeiro emprego, eu tinha 23 anos, era para cuidar de uma obra específica que era a obra do CT1, que era obra de concreto, era orientação do RH não ter nenhum contato com a outra parte do CT, quer dizer, eu só ficava focado dentro da obra. Não podia acessar nenhuma outra área fora se não fosse a obra, então, era uma orientação deles. Eu não podia ter contato com nenhum atleta, com nenhum profissional do futebol, nada! Não podia almoçar com eles, eu estacionava o carro em outro lugar então, era completamente separado a obra do funcionamento da administração e eles tinham uma administração própria lá, com equipes de manutenção, profissionais habilitados para fazer qualquer tipo de instalação elétrica, hidráulica e tudo. Como ele falou, até agora não consigo entender porque a gente está sendo envolvido e tudo e eu, como era o meu primeiro emprego, eu tinha pouco experiência, eu nem recebia como engenheiro, eu recebia menos do que o salário base do CREA.

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Knoploch) - Mas o senhor foi contratado como engenheiro?

O SR. LUIZ FELIPE PONDÉ - Sim, na carteira, foi assinado como engenheiro, mas, não recebia o salário-base porque era o primeiro emprego, então, eu não ..., acredito que a gente não tenha essa responsabilidade.

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Knoploch) - Sr. Luiz Felipe, deixa eu fazer uma pergunta, o senhor fica à vontade se não quiser responder. O senhor entende que o indiciamento, o seu nome, é injusto, correto?

O SR. LUIZ FELIPE PONDÉ - Correto.

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Knoploch) - O senhor acredita, e aí eu vou usar o jargão popular, que esse inquérito jogou a bomba no lado mais fraco?

O SR. LUIZ FELIPE PONDÉ - Acredito que sim.

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Knoploch) - O senhor teve, em algum momento, contato com a HNJ quando estava no Flamengo?

O SR. LUIZ FELIPE PONDÉ - Depois do incêndio? Não.

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Knoploch) - Não, no momento em que o senhor trabalhava lá, mandou algum e-mail?

O SR. LUIZ FELIPE PONDÉ - Sim, como eu era da pasta de patrimônio que era... eu era o nível mais baixo da minha estrutura hierárquica, então, eu não tinha poder decisório nenhum. Então, eu sempre reportava aos meus superiores e o meu superior, que era é o mais que eu teria contato, que é o Paulo Dutra, às vezes, passava umas demandas de... olha, liga para eles e cobra alguma coisa, então, era isso, ligava para HNJ e cobrava, não tinha..., não partia de mim nada ...

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Knoploch) - Mas, situação, por exemplo, ah, o senhor passou algum e-mail para HNJ dizendo "eu quero, eu preciso de um contêiner aqui assim, assado"?

O SR. LUIZ FELIPE PONDÉ - Sim, exatamente, a demanda vinha do diretor de futebol de base, que era o Carlos Noval e ele

passava isso para o diretor, aí eu não sei como funciona a estrutura, se era reunião, se era e-mail, se era uma simples ligação, e a ordem vinha para... devia passar pelo Marcelo, tem arquiteto no clube também, então, passava pelo arquiteto e chegava até mim: "olha, a NHJ precisa fazer isso". Então, foi passado para NHJ uma demanda do cliente que não era a obra em si porque isso não tinha nada a ver com a obra, "olha, precisa disso" e a NHJ, com os engenheiros projetistas deles, faziam o projeto e adequavam às modulações deles. Eles, em nenhum momento, pelo menos, até onde sei, eles deixavam o cliente criar estruturas, eles é que faziam, a partir de uma demanda de um cliente, "olha, eu quero X quartos", eles vão dar uma opção e aí isso era passado para o futebol, "olha opção atende? Então, pode prosseguir", "ah, não atende, volta", eles faziam outra opção e apresentavam novamente, isso tudo era passado para o departamento de futebol e passava por todas as instâncias acima de mim.

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Knoploch) - O senhor chegou a ler o inquérito que foi remetido?

O SR. LUIZ FELIPE PONDÉ - Sim.

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Knoploch) - O que o senhor acha de mais estranho no inquérito? O senhor leu, ela constatou o seu nome, o que o senhor acha de mais estranho? "caramba, porque isso aqui..." e aí eu estou falando, o senhor é leigo juridicamente, eu estou falando como uma pessoa leiga, o que o senhor entendeu ali como minimamente estranho?

O SR. LUIZ FELIPE PONDÉ - Sr. Alexandre, em todas as acusações do inquérito existiam depoimentos que debatiam elas. Então, assim, até o meu advogado fez uma petição como o promotor exatamente debatendo isso ponto a ponto. O inquérito dizia que... a gente fez projeto e tinha um depoimento da HNJ dizendo que eles são responsáveis pelos projetos, eles não liberam por contrato o cliente criar nada, a HNJ é que faz, é HNJ que projeta.

Tem uma parte dizendo que os engenheiros fizeram energiação do contêiner, eu não sei nem ligar uma tomada. Existe um profissional habilitado, um electricista contratado pela administração que fez isso. A diretoria de patrimônio não tinha nenhum funcionário que fizesse esse tipo de instalação. Dentro do CT só tinha um pedreiro e um ajudante, que era para auxiliar a obra, os outros serviços eram todos terceirizados e sempre... é só pegar uma folha de funcionários que você vai ver que nunca teve; pelo menos, é o que eu posso te dizer, no período que fiquei, do meio de 2016 até início de 2018, nunca teve, é o que eu posso te passar, que foi um ano antes da tragédia.

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Knoploch) - Só para finalizar meus questionamentos, mais uma vez lembro que se o senhor não quiser responder, fica à vontade. O senhor acredita, lendo o inquérito, que deveria ter alguém ali que não estava nesse inquérito? No indiciamento.

O SR. LUIZ FELIPE PONDÉ - No indiciamento? Eu concordo totalmente como o que o Jorge Felipe falou, que, assim, não é possível que foi só os dois engenheiros e o presidente, tem muita gente aqui no meio do caminho. Só que como eu não tinha, eu era a posição mais baixa da minha linha, eu não tinha contato com as pessoas de cima, não tinha o menor contato, então, não sei quem tomava as decisões. Então, até onde eu conheci, era o Paulo Dutra, mas, era o diretor da minha pasta, mas, além dele, eu não posso te precisar quem fez.

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Knoploch) - Deputado Rodrigo Amorim, o senhor quer fazer alguma pergunta?

O SR. RODRIGO AMORIM - Sr. Presidente, eu escutei falar esse tal de Paulo Dutra umas quatrocentas vezes aqui hoje. Acho fundamental que V.Exa. convoque esse indivíduo para que esteja aqui conosco.

E me solidarizo ao senhor por uma covardia, ao meu ver, e faço sem o menor constrangimento, não só como advogado, mas, sobretudo como Deputado dessa CPI, de constatar que a conta sempre sobra para o mais fraco, então, que o senhor não se desestimule com essa covardia, que a sua carreira não sofra abalos diante dessa covardia e tenha a nossa solidariedade aqui para tentar tecnicamente reparar o rumo de toda essa questão e da própria conclusão do fato. Mais uma vez, obviamente, que aqui ninguém diante de uma tragédia dessa, seria até mais desumano ainda que a própria tragédia, ficar remoendo os fatos, querer punir por punir a qualquer custo, querer cabeças aqui. Está muito claro, pela forma humilde que essas pessoas expressam a sua dor, que ninguém aqui exige a cabeça de ninguém. Ninguém nunca falou sequer em prisão para alguém aqui, mas que, efetivamente, só um tratamento digno, um carinho, um reconhecimento. Ninguém nunca falou em prisão, em punição, em dinheiro.

Agora, a questão está muito clara, a gente demandou muito tempo hoje nesta audiência, acho que avançamos muito em todos os aspectos, talvez o mais importante de todos seja de fato essa relação... pode não ter partido diretamente do Flamengo, mas é meritória a forma com que o Flamengo se coloca hoje, mais uma vez cumprimentando V. Exa., independente do que ensejou. A forma que as advogadas também têm sempre colocado de forma muito técnica, muito digna, parabéns também pela atuação. Parabéns à conduta da família.

Eu acho que a gente avança muito nesta CPI, na condição de V. Exa., Presidente e eu acho que essa questão dos engenheiros, que foram indiciados, ao meu ver, absolutamente equivocadamente. Mas que a gente possa também reparar concluindo para uma apuração, como está sendo feita, mais objetiva dos fatos e que a gente possa, em sede de relatório final, tentar fazer, ainda que por vias transversas, essa reparação. E, sem dúvida nenhuma, olhar para frente e tentar dar calor, dar carinho a essas famílias, reconhecê-los, reconhece-los como pessoas importantes. Não só para suas famílias, mas sobretudo para o desporto no Rio de Janeiro. Eu sempre digo, em outras ocasiões aqui neste plenário, que o esporte é sem dúvida nenhuma uma grande ferramenta não só de formação moral, de complemento de tudo que se aprende na escola, como também, no caso deles, profissionais do futebol, que se tornariam, tenho convicção disso, uma grande ferramenta de inclusão social.

Eu acho que o grande trabalho que a gente faz aqui hoje e, só para completar, o senhor tem a nossa solidariedade aqui de enxergar os fatos que foram trazidos a esta Comissão por um outro prisma e que, felizmente, a gente consegue fazer constitucionalmente por via do relatório final.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Knoploch) - A Defensoria, já foi. A Dra. Virginia, quer se pronunciar; Dra. Juliana também, se quiser fazer uso da palavra, por favor.

A SRA. VIRGÍNIA - Pelo Ministério Público do Trabalho, eu queria parabenizar também esta Comissão, eu acho que muito do que se falou vai ser de grande importância para a nossa atuação, nós temos o inquérito instaurado, no âmbito do MPT, para tratar do incêndio e das consequências, considerando o meio ambiente do trabalho.

Falar também que, embora o foco aqui seja o incêndio e notadamente as famílias dos que faleceram, mas tem também outras famílias, outros meninos que estavam presentes e que também tiveram abalos indúvidos, abalos psíquicos. Pelo que sabemos também, por notícias de jornal, não diretamente, não formalmente, ao que parece, alguns, inclusive, já tiveram os contratos rescindidos. Uma das questões que, no âmbito da negociação que nós tentamos com o Flamengo tão logo ocorreu o acidente, era manter, era conseguir uma garantia provisória de emprego para esses meninos que sobreviveram, e ao que parece isso não está sendo cumprido. Existiam também trabalhadores que sofreram, que participaram do evento, e que sofreram também abalos psicológicos. Até onde a gente sabe, a eles também não foi garantida uma estabilidade. Então, tem essa questão trabalhista que ainda não tivemos notícias se o Flamengo tem interesse em fazer parte da negociação, se ele tem interesse em manter essa estabilidade.

Mas, enfim, nós colocamos o Ministério Público novamente à disposição, se o Flamengo está apresentando aqui uma nova postura, de reabrir contatos e reabrir possibilidades de negociação, o Ministério Público do Trabalho, enquanto Estado, ele e se coloca à disposição para participar de eventuais negociações, tanto no que diz respeito às indenizações para as famílias, tanto no que diz respeito às indenizações para os meninos que sobreviveram, para a questão dos trabalhadores e eventual dano moral coletivo.

Temos interesse, Excelência, desde já, nós já pedimos em nome do Ministério Público, das conclusões desta CPI para ser remetida ao Ministério Público do Trabalho, porque será de bastante importância para eventual encaminhamento do inquérito civil que temos lá, para os autos de infração a que o Dr. Serafim fez referência e para uma eventual ação.

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Knoploch) - Já fica aqui pela Comissão franqueado ao Ministério Público do Trabalho, antes até do relatório pronto, qualquer informação que ache pertinente, a secretaria está à disposição para fornecer para a V. Exas.

Dra. Juliane.

A DRA. JULIANE - Apenas uma última pergunta a técnica, Dra. Virginia já falou, eu gostaria de perguntar ao engenheiro, que falou que os croquis eram apresentados pela NHJ, havia uma demanda e a NHJ apresentava os croquis e quem é aprovava o croqui?

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Knoploch) - Pode responder o Sr. Marcelo Sá ou o Sr. Luiz Felipe.

O SR. LUIZ FELIPE PONDÉ - Esse croqui que era apresentado para NHJ, na verdade era uma cópia fiel de alojamentos que já existiam dentro do CT desde 2014, 2015. Então, o contêiner em que ocorreu o acidente já existia lá dentro uma cópia exatamente igual, com a mesma modulação, com grade, com porta de correr e tudo foi exatamente retirado de um projeto que já existia lá dentro e foi replicado em outro local.

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Knoploch) - E no Flamengo, quem é que aprovava? A NHJ mandava...

O SR. LUIZ FELIPE PONDÉ - A NHJ mandava um projeto todo detalhado era encaminhado para... era encaminhado para os diretores, era ou o Paulo Dutra, Diretor de Meios ou o Carlos Noval, que era o diretor de Futebol, eram as pessoas que aprovavam.

Obrigado.

Doutora, quer fazer mais alguma pergunta?

A SRA. - Apenas agradecer mais uma vez, o Ministério Público do Trabalho está solidário com todas as famílias e pedir à Comissão que quando fizer o relatório final que considere também aquelas pessoas que a Dra. Virginia já comentou, os sobreviventes e também os trabalhadores que sofreram danos imensuráveis. Participaram do resgate, ajudaram e depois viram os resultados e, depois tiveram que voltar ao trabalho no dia seguinte, naquele ambiente, embora não exatamente, o local estava interditado pela perícia, mas ao lado.

Então, o Ministério Público do Trabalho também está olhando para esses trabalhadores e pedimos à Comissão que também considere isso quando fizer o seu relatório final.

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Knoploch) - Doutora, a Comissão está à disposição, se a senhora quiser marcar de vir aqui também para conversar conosco, trazer mais elementos com relação a esses trabalhadores, eu acho que vai ser de grande valia.

Bom, já chegamos quase às 18 horas, queria agradecer a participação de todos os presentes. Não tendo mais nada a tratar, declaro encerrada esta sessão. Obrigado.

**6.5. Oitavas realizadas na investigação da interdição do Complexo da Vila Mimosa e na investigação do incêndio ocorrido no Centro de Treinamento do Flamengo, realizado na 7ª Reunião Ordinária desta CPI, em 13/03/2020:**

Notas Taquigráficas

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Knoploch) - Bom-dia a todos. Às 11h, no dia 13 de março de 2020, na condição de presidente da Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a investigar e apurar as causas dos inúmeros incêndios que têm ocorrido no Estado do Rio de Janeiro e contando com a presença dos srs. deputados: Rodrigo Amorim e Capitão Paulo Teixeira, dou por abertos os trabalhos da 7ª Reunião Ordinária com objetivo de debater sobre a interdição da Vila Mimosa pelo Corpo de Bombeiros do Estado do Rio de Janeiro e debater as causas e consequências do incêndio no Ninho do Urubu.

Contando com a presença dos seguintes convidados: o ex-mo. sr. desembargador Siro Darlan; o ex-mo. sr. desembargador João Batista Damasceno; a sra. Santília Matos, da Amocavim; a sra. Cleide Almeida, tesoureira da Amocavim; a sra. Camila Zanguini, da FC Projetos; o sr. Ivanir dos Santos, do Centro de Articulação e População Marginalizada. Contamos também com a presença dos nossos bravos guerreiros: o nosso amigo coronel Polito, obrigado, mais uma vez, pela presença; o tenente-coronel Marcus, obrigado; também o tenente-coronel Anderson Fliess, obrigado pela presença; também a exma. sra. dra. juíza do trabalho, Roberta Lima de Carvalho.

Bom, damos início à audiência pública desta CPI, voltando a como se dá a questão da interdição da Vila Mimosa. Esta CPI é criada para apurar os inúmeros incêndios no Estado do Rio de Janeiro. É de conhecimento de todos o que aconteceu aqui, seja no Ninho do Urubu, no Museu Nacional, no Hospital Badim e tantos outros, e diante das investigações a gente recebeu uma denúncia - onde o denunciante não quis se identificar - no nosso gabinete dizendo dos riscos iminentes que estavam havendo na Vila Mimosa. Diante disso, a gente passa a denúncia ao Corpo de Bombeiros, e vamos juntos aos mesmos para fazer a diligência para ver, de fato, o que estava acontecendo. No primeiro momento que nós chegamos ali, entendemos que o local era realmente complicado, mas nós temos conhecimento legal para fazer nenhuma análise. E o Corpo de Bombeiros, naquele momento, resolveu fazer a interdição. Essa interdição - pelo que nós procuramos saber junto aos oficiais que estavam ali - era porque existia um perigo iminente não só na questão de incêndios, mas também na questão de pânico, de evacuação e tudo o mais. Diante disso, foi lavrada pelo Corpo de Bombeiros do Estado do Rio de Janeiro a interdição total daquele espaço. Se não me engano - o deputado Rodrigo Amorim pode até corrigir se eu estiver errado - foi feito do lado direito. Não é isso, deputado?

O SR. RODRIGO AMORIM - Perfeito.

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Knoploch) - E as outras casas acho que não sofreram essa interdição, as que são do lado esquerdo. Bom, foi feita a interdição. Por sua vez, foi feita ali uma série de exigências a serem cumpridas.

Logo após isso, a gente recebeu - o deputado Rodrigo Amorim acho que tem esses vídeos não é, deputado? - vídeos de imagens na cobertura de alguns prédios em volta, de filmagens do carro do deputado Rodrigo Amorim, com ameaças veladas feitas ao parlamentar e, também, da continuação do funcionamento na mesma localidade que estava interditada. Não sendo cumprida, então, assim a determinação do Corpo de Bombeiros.

Voltamos, novamente, com o Corpo de Bombeiros e aí dessa vez até com aparato maior da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro. A Polícia Militar junto ao Corpo de Bombeiros auxilia novamente em apurar se havia sido feito algumas melhorias e tudo o mais. Foram até encontrados alguns extintores de incêndio e tudo o mais, mas a situação não era satisfatória para mudança ali do status do Corpo de Bombeiros. Além disso, foi encontrada pela Polícia Militar uma mochila com cerca de quinhentos pinos de cocaína, desculpa, quinhentas gramas de cocaína e, também de maconha, e isso foi apresentado na 19ª DP, que é a central de flagrante da região. Bom, diante de tudo isso, a gente recebeu - e aí com grande satisfação - pedidos de informação tanto do desembargador Siro Darlan como de outros, do que está acontecendo.

A gente deixa claro que a CPI não tem poder de interdição. O poder de interditar e de desinterditar cabe ao Corpo de Bombeiros. Mais uma vez, como está em perigo iminente, a desinterdição só ocorre a partir do momento em que esses perigos são sanados. Diante de tudo isso já exposto, vou passar para o deputado Rodrigo Amorim. Ele quer apresentar algumas imagens na tela aqui, por favor, para a gente conseguir visualizar algumas questões. Deputado, por favor.

O SR. RODRIGO AMORIM - Bom-dia, sr. presidente, bom-dia, nobre deputado Capitão Paulo Teixeira, fazendo especial saudação aos desembargadores Siro Darlan e João Damasceno bem como a exma. sra. juíza do trabalho aqui presente, Roberta, a todos os presentes, srs. oficiais do Corpo de Bombeiros do Rio de Janeiro, advogados. Há algum representante da OAB, sr. presidente, presente? O SR. PRESIDENTE (Alexandre Knoploch) - Não.